

Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº PE 060.2025 - SESA



Unidade responsável
Secretaria de Saúde
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante



Data
07/11/2025



Responsável
Comissão De Planejamento
Lidia Beatriz Sanguinetti De Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A presente seção objetiva descrever o teste de viabilidade operacional necessário para comprovar a funcionalidade prática da solução proposta de aquisição de veículos, destinada a melhorar as condições de transporte de pacientes e profissionais na Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante - CE. Este teste, embora não obrigatório pela Lei nº 14.133/2021, reforça a eficiência, economicidade e segurança jurídica da contratação, conforme boas práticas recomendadas por órgãos como a AGU e o MGI. Fundamenta-se nos princípios da eficiência e planejamento, conforme disposto no art. 5º da referida lei, assegurando que a solução atende às necessidades identificadas.

O escopo do teste de viabilidade operacional incluirá a avaliação prática dos veículos contratáveis (art. 6º, inciso X), que deve ser executada em um ambiente controlado simulado, representando condições reais de uso nas rotinas operacionais da Secretaria de Saúde. A simulação abordará questões como capacidade de transporte, conforto e economia de combustível, adequando-se às especificações técnicas exigidas, em consonância com o art. 6º, inciso XIII. Esta abordagem visa garantir clareza e transparência para os licitantes (art. 6º, inciso IX) e partes interessadas, apoiando a gestão eficiente do contrato (art. 6º, inciso XXIII).

Durante o teste, os procedimentos são orientados para aferir indicadores de sucesso como capacidade operacional (ex.: número de passageiros transportados), economia de combustível e emissão de poluentes. A infraestrutura necessária para a simulação incluirá o envolvimento de uma equipe técnica da Administração e a utilização de uma pista de testes controlada que simule as condições das vias urbanas no município. Este processo visa assegurar que os veículos cumpram efetivamente os requisitos e ofereçam a eficiência operacional desejada.

A justificativa para o teste de viabilidade operacional está centrada na necessidade de



validar a eficácia da solução proposta além da análise documental e teórica. Este procedimento permite identificar e mitigar eventuais riscos associados à operação dos veículos em condições práticas, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, demonstra comparativamente a vantagem sobre métodos tradicionais de avaliação, como análises documentais isoladas, evidenciando a capacidade dos veículos em oferecer os resultados pretendidos em termos de eficiência e melhor aproveitamento (art. 5º). Finalmente, o teste assegura que os veículos contratados estão alinhados com a necessidade identificada na contratação, promovendo clareza para os licitantes e oferecendo base sólida para a decisão de contratação, com potencial para orientar a execução contratual de modo eficaz.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública de São Gonçalo do Amarante enfrenta atualmente a insuficiência de recursos disponíveis para o transporte de pacientes e profissionais da saúde, em função da crescente demanda nos serviços essenciais prestados pela Secretaria de Saúde. Este problema foi identificado no processo administrativo PE nº 060.2025 - SESA, que consolidou os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) e outros registros objetivos, revelando uma incompatibilidade da estrutura atual com os requisitos técnicos necessários para atender de forma eficiente a população do município.

O impacto institucional e operacional da não contratação dos veículos pretendidos é significativo. Sem a aquisição dos veículos novos, a Secretaria de Saúde corre o risco de interrupção dos serviços essenciais, com consequente redução na qualidade do atendimento à comunidade, comprometendo a eficiência e eficácia das ações em saúde. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada para transporte torna inviável o cumprimento das metas estratégicas definidas em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, o que pode acarretar em falhas na cobertura e na eficiência das ações de atenção primária à saúde.

Os resultados pretendidos com a aquisição destes veículos incluem a melhoria considerável na mobilidade e no acesso dos serviços de saúde ao cidadão, a redução do tempo de deslocamento e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde. Isso promove um fortalecimento das ações de saúde pública, alinhando-se aos objetivos institucionais da Administração Municipal de São Gonçalo do Amarante e aos princípios orientadores da economicidade e eficiência, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a contratação dos veículos específicos torna-se medida imprescindível para solucionar o problema identificado, garantir a continuidade e melhoria dos serviços públicos de saúde e assegurar que os objetivos institucionais e os interesses públicos sejam plenamente atendidos, em conformidade com os princípios e disposições do art. 5º, 6º, 11 e 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021, como evidenciado ao longo do processo administrativo consolidado.

3. ÁREA REQUISITANTE



Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Saúde - FMS	Erica Marques de Lima

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de veículos para a Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante, prevista nas emendas impositivas da LOA 2025, busca responder a uma demanda essencial para otimizar as condições de transporte de pacientes e profissionais de saúde. Esta necessidade é justificada pelo aumento na cobertura e eficiência das ações de saúde, garantindo um deslocamento mais ágil e efetivo dentro da comunidade. A proposta está alinhada com os objetivos institucionais de fortalecer a atenção primária à saúde e atende às diretrizes do Ministério da Saúde, contribuindo para o atendimento das metas estabelecidas.

Em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, os veículos a serem adquiridos devem estar em consonância com padrões mínimos de qualidade e desempenho, garantindo eficiência e sustentabilidade. Para os veículos hatch, requer-se motorização mínima de 84 cv, câmbio manual, sistema de direção elétrica ou hidráulica, e deve possuir pintura em cor branca ou prata, assegurando uma manutenção adequada e eficiente no clima local. A escolha por veículos flex atende tanto a sustentabilidade quanto a economicidade, considerando a disponibilidade e viabilidade logística do combustível na região.

Não se aplica o uso de catálogo eletrônico de padronização devido à especificidade dos veículos demandados, que priorizam particularidades técnicas e operacionais cruciais para a comunidade atendida. Marcas ou modelos específicos não serão indicados, respeitando o princípio da competitividade, a não ser que características técnicas, devidamente justificadas, demonstrem-se indispensáveis à funcionalidade e durabilidade dos veículos.

Os veículos não são bens de luxo conforme o art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.818/2021, sendo voltados exclusivamente para atender demandas operacionais básicas de transporte. A garantia mínima de 12 meses assegura que os veículos mantenham sua eficiência e eficácia ao longo do tempo. Critérios de sustentabilidade serão integrados, como a adoção de padrões de eficiência energética e redução de emissões, visando atender às recomendações ambientais do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Ademais, faz-se necessário cumprir com as seguintes exigências:

- Requisitos Técnicos e Documentais das Empresas Participantes
- Regularidade Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social atualizado, CNPJ ativo.
- Regularidade Fiscal e Trabalhista: Certidões negativas pertinentes.
- Qualificação Técnica: Atestado de capacidade técnica compatível com o objeto, comprovação de estrutura operacional adequada.
- Qualificação Econômico-Financeira: Certidões negativas de falência e recuperação judicial.
- Declarações obrigatórias: Ausência de impedimentos legais, de não contratação de menores em condições proibidas, e conformidade com a LGPD.

O levantamento de mercado deverá considerar fornecedores capazes de atender os



requisitos técnicos mencionados, sem estabelecer soluções finais, assegurando que a demanda seja perfeitamente alinhada às condições operacionais da Secretaria de Saúde. A possibilidade de flexibilizar requisitos será avaliada com o intuito de não restringir a competitividade, respeitando as diretrizes da ordenação pública.

Os requisitos estabelecidos estão fundamentados nas necessidades expressas no Documento de Formalização da Demanda e observam rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, servindo de base sólida para a escolha da solução mais vantajosa, conforme determinado pelo artigo 18.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado é uma etapa essencial no processo de planejamento da contratação de veículos para a Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante, conforme descrito na 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Esta análise está em consonância com o art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, buscando evitar práticas antieconômicas e fundamentar a solução contratual mais adequada, respeitando os princípios dos arts. 5º e 11, de forma neutra e sistemática.

O objeto da contratação foi determinado como aquisição de bens duráveis, especificamente veículos, conforme indicado pelos termos "AQUISIÇÕES DE VEICULOS" na seção "Descrição da Necessidade da Contratação".

A pesquisa de mercado foi realizada com base em consultas a pelo menos três fornecedores potencialmente qualificados, visando identificar faixa de preços e prazos para os veículos requisitados. A média dos preços identificados para os veículos hatch foi de R\$ 105.000,00 a R\$ 109.000,00, enquanto para veículos de 7 lugares, a faixa ficou entre R\$ 136.000,00 e R\$ 140.000,00.

A solução, embasada nas melhores práticas do mercado, atende a critérios técnicos e econômicos, garantindo qualidade e competitividade. Os procedimentos licitatórios contemplados para a execução incluem:

Pregão Eletrônico: Utilizado devido à sua agilidade e transparência, permite ampla concorrência e preços mais vantajosos para a Administração. Esse procedimento é especialmente eficaz para simplificar processos e aumentar a disputa, resultando em melhores resultados econômicos.

Compra Direta: Aplicável em situações específicas com motivações legais claras, como contratações de pequeno valor ou em casos de urgência. A compra direta é ágil e reduz a burocracia, mas pode limitar a concorrência e a obtenção do melhor preço.

Adesão a Ata de Registro de Preços: Consiste em aproveitar as condições de um contrato preexistente, oferecendo economicidade e facilidade nas aquisições, porém pode apresentar vulnerabilidades caso as especificações não atendam plenamente às necessidades específicas.

Considerando as características e necessidades específicas da aquisição, bem como as vantagens e a transparência propiciadas, o pregão eletrônico desponta como a escolha mais viável e vantajosa. Sua adoção potencializa a competitividade do processo



licitatório, assegurando a melhor relação custo-benefício para a Administração, conforme demonstrado no levantamento de mercado.

Outrossim, cabe avaliar a locação como forma de solucionar a necessidade da Secretaria em questão. Vejamos as desvantagens:

Sem Propriedade: Os veículos continuam sendo de propriedade da empresa de locação, o que limita o controle sobre eles;

Custo a Longo Prazo: A locação pode ser mais cara a longo prazo do que a aquisição, especialmente se houver um uso constante dos veículos;

Limitações de Uso: Restrições quanto ao uso do veículo e penalidades por quilometragem excedida podem ser aplicadas;

Dependência do Fornecedor: A qualidade do serviço de locação depende da empresa fornecedora e pode variar.

Em razão disso, optou-se pela aquisição, pois se torna a longo prazo a opção economicamente mais viável. Ademais, foi conduzida uma comparação abrangente entre as alternativas identificadas, abordando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, além de preocupações com sustentabilidade.

Diante dos Dados da Pesquisa, a compra de veículos novos se justifica como alternativa mais vantajosa pela sua economicidade, eficiência nas operações e alinhamento aos 'Resultados Pretendidos', especialmente ao considerar a melhoria na cobertura e eficiência das ações de saúde, conforme os objetivos das emendas parlamentares.

Em conclusão, recomenda-se a compra de veículos novos como a abordagem mais eficiente e vantajosa, garantindo competitividade e transparência, de acordo com os princípios estabelecidos nos arts. 5º e 11. Essa alternativa oferece a melhor solução para as necessidades descritas, respeitando ao máximo a equidade e a diligência na aplicação dos recursos públicos previstos na contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de veículos destinados à Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante - CE, conforme previsto nas emendas impositivas dos vereadores na LOA 2025. O objetivo é melhorar as condições de transporte de pacientes e profissionais, facilitando as ações de saúde no Município. A compra dos veículos atenderá especificamente às necessidades da Secretaria, conforme descrito nos requisitos técnicos e funcionais apresentados anteriormente, garantindo também alinhamento com as diretrizes do Ministério da Saúde e as metas do Município para melhorar a atenção primária em saúde.

Serão adquiridos veículos do tipo hatch e veículos com capacidade para 7 passageiros, ambos novos e fabricados no ano de 2024/2025, como estabelecido nos requisitos. Os veículos hatch deverão ter motor mínimo de 84 cv, ar condicionado, câmbio manual e flex, e os veículos para 7 passageiros terão potência de 110 cv, ar condicionado e demais especificações funcionais exigidas. O levantamento de mercado assegura que a solução é tecnicamente viável e que os recursos disponíveis são suficientes para cobrir



a aquisição, conforme os valores estimados.

A aquisição desses veículos irá não só atender as necessidades logísticas da Secretaria de Saúde, reduzindo o tempo de deslocamento e aumentando a eficiência das ações, mas também deverá assegurar qualidade, economicidade e interesse público conforme os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021. A escolha por aquisição se mostra mais vantajosa do que outras alternativas como locação, considerando a peculiaridade do uso contínuo e específico das unidades de saúde. Assim, a solução atende plenamente à necessidade identificada, cumpre com os requisitos estipulados e está alinhada aos objetivos e princípios legais, representando a alternativa mais apropriada conforme o estudo técnico preliminar.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	VEÍCULO HATCH	2,000	Unidade
2	VEÍCULO 0KM - 7 LUGARES, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024/2025	1,000	Unidade

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	VEÍCULO HATCH	2,000	Unidade	107.000,00	214.000,00
2	VEÍCULO 0KM - 7 LUGARES, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024/2025	1,000	Unidade	138.398,00	138.398,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 352.398,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais)

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto, conforme art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, visa ampliar a competitividade (art. 11) e deve ser promovido quando viável e vantajoso para a Administração, sendo esta análise obrigatória no ETP (art. 18, §2º). A divisão dos veículos a serem adquiridos é tecnicamente possível e desejável, conforme descrito na 'Seção 4 - Solução como um Todo', considerando os critérios de eficiência e economicidade do art. 5º. A aquisição de veículos por item, ao invés de lote único, permite a seleção de fornecedores especializados para cada tipo de veículo e maximiza as condições para o atendimento das especificações e necessidades do usuário.

Avaliando a possibilidade de parcelamento, o objeto não só permite como também sugere divisão por itens, considerando a natureza distinta dos veículos e a vantagem competitiva potencial. A especialização do mercado em oferecer soluções adequadas para cada item proporcionará maior competitividade (art. 11) e permitirá a participação de um maior número de fornecedores, o que pode reduzir o custo final da



contratação. O parcelamento favorece ainda o aproveitamento do mercado local e gera ganhos logísticos, conforme demonstrado pela pesquisa de mercado e pelas demandas setoriais.

Contrastando com a execução integral, o parcelamento é mais vantajoso por não comprometer a economia de escala de forma significativa. A opção por itens separados mantém a flexibilidade e atende melhor à diversidade das demandas da Secretaria de Saúde. Esta abordagem não compromete a integridade do sistema, dado que cada tipo de veículo serve a necessidades e funções específicas, alinhando-se perfeitamente com os objetivos operacionais da Secretaria e, portanto, atende aos princípios do art. 5º.

Quanto à gestão e fiscalização, o parcelamento por item pode inicialmente aumentar a complexidade administrativa. No entanto, com mecanismos adequados de controle e fiscalização descentralizados, é possível garantir que essa abordagem aperfeiçoe o monitoramento das entregas, conferindo flexibilidade e eficiência. A capacidade institucional atual, direcionada pelos princípios de eficiência do art. 5º, é suficiente para suportar e operacionalizar essa descentralização com eficácia.

Em conclusão, recomenda-se enfaticamente o parcelamento por item como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Esta abordagem alinha-se perfeitamente aos resultados pretendidos descritos na 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', atendendo aos critérios de economicidade e competitividade previstos nos arts. 5º e 11, e respeitando plenamente as diretrizes do art. 40.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição de veículos referente a emendas impositivas dos vereadores previstas na LOA 2025 está plenamente alinhada com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/CE para o exercício financeiro de 2025, conforme o id: 07.533.656/0001-19 deste Município no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição de veículos oriundos das emendas impositivas dos vereadores tem como objetivo fortalecer a infraestrutura administrativa e operacional dos órgãos e entidades municipais beneficiados, garantindo melhores condições de deslocamento, execução de serviços e atendimento à população. Busca-se, com isso, otimizar o desempenho das ações públicas, assegurar maior eficiência e celeridade nas atividades cotidianas, além de ampliar a capacidade de resposta da Administração Municipal às demandas das comunidades locais.

Essas aquisições também visam promover a descentralização dos investimentos públicos, assegurando que as emendas parlamentares sejam aplicadas em áreas prioritárias indicadas pelos vereadores, de acordo com as necessidades específicas de cada região ou setor. Espera-se, portanto, melhorar a prestação dos serviços públicos, aumentar a eficiência da gestão municipal e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Município.



12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização. A ausência dessas ações se justifica pela simplicidade operacional do objeto de contratação e pela existência de procedimentos e infraestrutura já compatíveis com a execução contratual.

13. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A análise entre a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e uma contratação tradicional para a aquisição de veículos referentes às emendas impositivas dos vereadores previstas na LOA 2025, destinada à Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante - CE, revela importantes perspectivas. Inicialmente, a modalidade SRP poderia ser considerada pela possibilidade de obter economia de escala e a flexibilidade nos quantitativos, sendo vantajosa em situações de incerteza ou de fornecimento contínuo, previstas nos arts. 82 e 86 da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, devido à especificidade e pontualidade da demanda, caracterizada pela aquisição de veículos com características previamente definidas e destinadas a atender demandas específicas e imediatas, a contratação tradicional se apresenta mais **adequada**.

Os critérios econômicos indicam que a contratação tradicional pode oferecer condições mais vantajosas neste caso, pois permite aos gestores buscar propostas que atendam precisamente as especificações técnicas dos veículos necessários, além de garantir negociações complexas direcionadas a obtenção de condições mais favoráveis, considerando o valor estimado de R\$ 352.398,00. Este valor está alinhado ao mercado, conforme levantamento realizado, maximizando a economicidade através da combinação de esforços administrativos focados (art. 5º). Para a demanda corrente, a contratação tradicional facilita a gestão administrativa ao reduzir complexidades relacionadas ao SRP, como a manutenção de registros e necessidade de adesões múltiplas.

Tecnicamente, a padronização e a natureza única e imediata do objeto em questão, ou seja, a aquisição de modelos específicos de veículos para infraestrutura de saúde municipal, confluem para que uma licitação específica, conforme arts. 11, 18, §1º, incisos I e V, evidencie-se como a escolha apropriada. Este tipo de contratação permite alinhamento direto e imediato com as necessidades da administração, garantindo maior controle jurídico e operacional em situações de execução que exigem ações rápidas e de notável segurança, conforme alinhamento estratégico com as diretrizes de atenção primária em saúde.

Assim, a análise técnica e econômica aponta que a contratação tradicional não só é viável, mas também a mais **adequada** para atender essa demanda específica, otimizando recursos e tempo, assegurando eficiência e agilidade no cumprimento dos objetivos de fortalecimento da atenção primária em saúde no município, tudo em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os resultados pretendidos.



14. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

Não se aplica.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes é essencial para garantir a eficiência, a economicidade e a padronização no planejamento de aquisições pela Administração Pública, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Contratações correlatas são aquelas com objetos semelhantes ou que complementam a solução proposta, enquanto as interdependentes demandam a conclusão de alguma outra ação ou dependem da solução para alcançar seus objetivos. Essa análise assegura que o planejamento da presente aquisição de veículos para a Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante considere potenciais sinergias com outras contratações em andamento ou planejadas, prevenindo sobreposições e possíveis contratempos na execução das atividades pretendidas.

A investigação sobre a situação atual de contratações relacionadas não identificou processos anteriores ou pendentes diretamente correlacionados à presente aquisição de veículos destinados à Secretaria de Saúde.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição de veículos para a Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante, CE, a partir das emendas impositivas de 2025, pode causar impactos ambientais significativos ao longo de seu ciclo de vida, especialmente na geração de resíduos e no consumo de energia. A análise, conforme a 'Descrição da Necessidade da Contratação' e pesquisa de mercado, destaca a emissão de gases poluentes e o uso de combustíveis fósseis como principais impactos técnicos.

Para mitigar esses efeitos, recomenda-se a inclusão obrigatória de veículos com selo de eficiência energética Procel A, contribuindo para a redução do consumo de recursos e promovendo a sustentabilidade conforme o artigo 5º da Lei 14.133. O planejamento sustentável, baseado na análise do ciclo de vida dos veículos, propõe medidas como a incorporação de práticas de manutenção regular e adequadas, reduzindo emissões e prolongando a vida útil dos veículos.

A logística reversa deve ser considerada no desfazimento final desses bens, buscando garantir a devida reciclagem e minimização de resíduos, em alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. As soluções sustentáveis propostas equilibram dimensões econômicas, sociais e ambientais e são **essenciais** para otimizar o uso de recursos e atender aos resultados pretendidos, conforme determinação do artigo 18, §1º, inciso XII da referida lei.



O termo de referência deverá refletir essas medidas, sempre mantendo a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, sem criar barreiras desnecessárias, garantindo que a capacidade administrativa da gestão possa implementar eficazmente estas práticas sustentáveis.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A análise consolidada do Estudo Técnico Preliminar, sob o prisma dos aspectos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos, evidencia que a contratação para a aquisição de veículos destinada à Secretaria de Saúde de São Gonçalo do Amarante-CE é viável e vantajosa, sendo a medida mais eficaz para atender às necessidades identificadas. A contratação centra-se na melhoria das condições de transporte de pacientes e profissionais de saúde, fator essencial para a eficiência e efetividade das ações no setor, como destacado na justificativa da contratação.

Do ponto de vista técnico, a especificação dos veículos atende aos requisitos definidos, incorporando inovações e tecnologias pertinentes ao mercado atual. A solução proposta, em consonância com as pesquisas de mercado realizadas, assegura que os veículos a serem adquiridos cumprem as exigências de capacidade, eficiência e conforto, atendendo desta forma ao interesse público. O detalhamento dos veículos, conforme a estimativa das quantidades a serem contratadas, é adequado à demanda operativa da Secretaria de Saúde.

Economicamente, os valores estimados para a aquisição dos veículos foram meticulosamente analisados com base nos dados de mercado, garantindo alinhamento com os preços praticados e viabilizando a proposta sob a perspectiva da economicidade, conforme preceituam os arts. 5º e 23 da Lei nº 14.133/2021. Tal alinhamento é fundamental para assegurar que os recursos das emendas impositivas sejam utilizados de maneira efetiva e racional.

No que concerne aos aspectos legais e de planejamento, o processo se encontra em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público, conforme disposto nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, recomenda-se a realização da contratação conforme planejado, uma vez que esta se mostra indispensável ao atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde, promovendo benefícios diretos à comunidade por meio da melhora dos serviços de saúde prestados. Em adição, é crucial que as decisões aqui expostas sejam efetivamente incorporadas ao processo de contratação, servindo de base para a autoridade competente. Caso sejam observados riscos não mapeados ou dados insuficientes em etapas futuras, propõe-se desde já a adoção de ações corretivas pertinentes.





São Gonçalo do Amarante / CE, 7 de novembro de 2025

assinado eletronicamente

LIDIA BEATRIZ SANGUINETTI DE OLIVEIRA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

LIDIA BEATRIZ SANGUINETTI DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

